

Prefeitos e governadores são criticados

*Dirigentes querem adiar
entrada em vigor de lei
que regulamenta o
Fundo do Ensino*

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, reagiu com irritação à proposta de alguns prefeitos e governadores de adiar a vigência do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. O relator do projeto de lei de regulamentação do fundo, deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), estuda proposta de que a lei só entre em vigor em 1998. "Três meses é o máximo que aceito; é tempo suficiente para os ajustes financeiros de

Estados e municípios", afirmou ontem Paulo Renato.

Na semana passada, o Estado revelou o movimento iniciado por prefeitos e governadores para adiar a vigência do fundo. A pressão sobre o relator vem de Estados e de municípios que não possuem rede de ensino fundamental e, por isso, vão perder parte da arrecadação de impostos para os que aplicam nesse nível de ensino. Ontem, Ubiratan Aguiar, que estudava uma carência de três meses, afirmou que o prazo passou a ser "curto diante das ponderações".

Supletivos — O parlamentar incluiu no substitutivo ao projeto de lei, a aplicação dos recursos também nos cursos supletivos de 1º grau para jovens e adultos. O fundo é formado

por 15% da arrecadação do ICMS, IPI e Fundo de Participação dos Estados e municípios, e redistribuído conforme o número de alunos matriculados.

O texto do Ministério da Educação restringia a distribuição dos recursos do fundo na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das redes estadual e municipal do ensino fundamental regular. O relator considerou que, embora em idade mais avançada, jovens e adultos também cursam o 1º grau na modalidade suplência. "Eles também estão fazendo o ensino fundamental e não devem ser excluídos do programa de desenvolvimento só porque na idade própria não tiveram acesso", argumentou.